

À  
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA  
Largo Luís de Camões  
7750 -329 Mértola

Lisboa, 7 de Abril de 2010

## RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

### I - INTRODUÇÃO

De acordo com o estipulado na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, apresentamos o Relatório anual de revisão legal das contas efectuada ao Município de Mértola (MM) relativo ao exercício de 2009, o qual engloba, além desta Introdução, os seguintes capítulos:

- Resumo executivo
- Metodologia e trabalho desenvolvido
- Análise das contas de balanço
- Análise das contas de resultados
- Nível de endividamento
- Controlo orçamental
- Recomendações decorrentes do trabalho efectuado
- Nota final

Os trabalhos visaram a verificação da integridade das contas, a conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte, bem como a emissão do parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei.

O presente relatório refere de uma forma desenvolvida os trabalhos realizados, metodologias utilizadas, apreciações efectuadas, conclusões extraídas e recomendações, e deve ser lido complementarmente com a Informação económica-financeira semestral emitida em 9 de Outubro de 2009.

## **II. RESUMO EXECUTIVO**

Procedemos ao exame das contas do MM relativas ao ano de 2009, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Auditoria/Revisão aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Os aspectos por nós verificados compreenderam a análise das diversas rubricas de Balanço e da Demonstração de Resultados com referência a 31 de Dezembro de 2009, e a análise das demonstrações financeiras exigidas por lei.

Em consequência do exame efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

## **III – METODOLOGIA E TRABALHO DESENVOLVIDO**

A auditoria foi realizada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores constantes do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como da observância das normas e princípios consignados no Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

De acordo com a metodologia por vós aprovada, os objectivos visados, no trabalho final efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2009, foram essencialmente os seguintes:

1. Identificar eventuais problemas a nível do MM;
2. Levantamento e avaliação do sistema de controlo interno existente, para apreciação da eficácia e consistência dos procedimentos e registos administrativos, financeiros e contabilísticos, nomeadamente na área das disponibilidades, terceiros, imobilizado e custos com o pessoal;
3. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
4. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
5. Emissão de um relatório semestral de revisão legal das contas com as conclusões sobre o trabalho efectuado;
6. Emissão da certificação legal das contas e de um parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidos por lei.

#### IV - ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

##### 4.1 – Activo Liquido

O Activo liquido, com referência a 31 de Dezembro, totaliza 58.226.718 euros e apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	Saldo em 31-12-2009
<b>Imobilizado:</b>	
Bens de domínio público	30.622.790
Imobilizações incorpóreas	4.974
Imobilizações corpóreas	26.049.918
Investimentos financeiros	422.419
<b>Existências:</b>	293.923

Rubrica	Saldo em 31-12-2009
<b>Dívidas de terceiros:</b>	
Empréstimos concedidos	53.784
Clientes/contribuintes/utentes	16.544
Outros devedores	494
<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>	634.885
<b>Acréscimos e diferimentos activos</b>	126.986
<b>Total do Activo líquido</b>	<b>58.226.718</b>

#### 4.1.1 – Imobilizado

O património do Município é gerido por um software denominado por SIC – Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial. No caso específico dos Imóveis, foi efectuada uma avaliação ao património imobiliário do Município no ano de 2003, tendo este trabalho de avaliação sido efectuado pela empresa *SIGHT, S.A.*.

Importa referir que o Município não efectuou um levantamento físico da totalidade dos bens, podendo existir situações em que os bens foram registados e já não existem fisicamente ou vice-versa. Deste modo, não nos é possível confirmar a totalidade dos valores registados a nível contabilístico.

No que respeita aos *Bens de Domínio Público*, de referir que não foi ainda efectuado o inventário dos mesmos, não se podendo confirmar o valor inscrito no balancete. Não obstante, temos vindo a acompanhar os aumentos verificados nesta rubrica, nomeadamente os documentos comprovativos das aquisições registadas no exercício em análise.

##### 4.1.1.1 – Imobilizado corpóreo

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2009 resumem-se no quadro seguinte:

Rubrica	Saldo 31.12.08	Aquisições	Alienações	Abates	Transf.	Saldo 31.12.09
Terrenos e Recursos Naturais	9.077.500	667.873	(426.790)			<b>9.318.584</b>
Edifícios e outras construções	12.824.538	2.167.112	(29.233)			<b>14.962.417</b>
Equipamento básico	4.134.774	106.471		(69.903)	119.724	<b>4.291.066</b>
Equipamento de Transporte	2.724.297	272.068		(30.678)	(65.167)	<b>2.900.520</b>
Ferramentas e utensílios	52.099	122		(2.801)		<b>49.421</b>
Equipamento Administrativo	2.046.520	149.534		(184.979)	(50)	<b>2.011.024</b>
Outras Imobilizações Corpóreas	32.855	7.045		(1.456)		<b>38.443</b>
Imobilizado em Curso – Corpóreo	2.605.330	901.966			(2.209.617)	<b>1.297.679</b>
<b>TOTAL</b>	<b>33.497.914</b>	<b>4.272.191</b>	<b>(456.023)</b>	<b>(289.817)</b>	<b>(2.155.110)</b>	<b>34.869.155</b>

Relativamente às aquisições de Imobilizado Corpóreo analisadas, as operações mais significativas ocorreram durante o 1º semestre de 2009. Salientamos a rubrica de *Equipamento de transporte*, a qual registou a aquisição de uma viatura pesada de passageiros Mercedes no valor 67.729 euros e uma viatura pesada SCANIA para Resíduos Sólidos Urbanos no montante de 163.680 euros. De salientar igualmente a rubrica de *equipamento administrativo* que registou aquisições de diverso equipamento informático, Licenças de software e 5 aparelhos fotocopiadores Xerox.

No que respeita ao equipamento básico, de registar a aquisição durante o 2.º semestre de 2009 de equipamentos de climatização para instalação em escolas e na obra “Casa Vargas”, no montante total de 34.985 euros.

No mês de Dezembro foram abatidos diversos bens por motivos de desgaste operacional, no montante total de 289.817 euros, sendo de destacar os abates verificados em *Equipamento administrativo*.

Recomendamos que as facturas sejam registadas de acordo com a data de aquisição do bem e não apenas quando são liquidadas.

Em relação às obras em curso, o montante capitalizado ao longo deste exercício incluiu as seguintes obras:

<b>Obra</b>	<b>Montante analisado</b>
Remodelação Parque Escolar EB1 Algodôr	407.216
Infraestruturas Loteamento ZE2	308.330
Obra – “Casa Vargas” – adptação ninho empresas	47.650
Remodelação "Casa Branca"	39.857
Remodelação "Casa dos Azulejos"	19.414
<b>TOTAL</b>	<b>822.467</b>

No mês de Dezembro foram transferidas diversas obras terminadas para as respectivas contas de imobilizado, no montante total de 2.168.575 euros. Foi também transferido o montante de 41.042 euros para a conta de custos 62298 – *Outros fornecimentos e serviços*.

Em relação às obras em curso, o saldo em 31 de Dezembro de 2009 refere-se aos seguintes trabalhos em curso:

<b>Investimento</b>	<b>Valores capitalizado em:</b>							<b>Total</b>
	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	
Centros Educativos (9 centros)	32.515	30.269	91.953				(51.579)	103.158
Escola Básica Integrada de Mértola		11.857	9.485	21.688	367		481	43.878
Centro Internacional Tur. Desp. Natureza	7.111	59.921	28.511	365				95.908
Pista Águas Bravas	1.213							1.213
Nova Zona Expansão Industrial	34.374	700	60				550	35.684
Parque Municipal			2.987	10.814		5.417		19.218
Biblioteca Municipal			58.251	28.344	10.266	24.527		121.388
Mercado Municipal de Mértola					16.551	27.010	1.800	45.361
Escola Primária de Algodor					21.109	76.349	274.426	371.884
Escola da Mina de São Domingos (Edif.1)			13.585	544	2.346			16.475
Loteamento ZE 2							443.511	443.511
<b>TOTAL</b>	<b>75.213</b>	<b>102.747</b>	<b>204.833</b>	<b>61.756</b>	<b>50.638</b>	<b>133.302</b>	<b>669.189</b>	<b>1.297.678</b>

Conforme podemos observar no quadro acima, existem algumas obras em curso iniciadas em anos anteriores que não registaram qualquer movimento em 2009, permanecendo na rubrica de imobilizado em curso. Deverá ser efectuado um levantamento exaustivo destas empreitadas de modo a averiguar se estão concluídas ou se estão prontas a ser utilizadas. A partir do momento em que uma obra passa a ter utilização, deverá ser transferida para imobilizado firme e devem ser calculadas as respectivas amortizações.

#### 4.1.1.2 – Bens de Domínio Público

Tal como sucede na rubrica anterior, os movimentos ocorridos de 2009 resumem-se essencialmente à capitalização de custos com obras iniciadas nos anos de 2007 e 2008, registadas em Imobilizado em curso:

Rubrica	Saldo 31.12.08	Aquisições	Transf. de imobilizado em curso	Saldo 31.12.09
Terrenos e Recursos Naturais	19.338	11.367	348	31.053
Outras Construções e Infra-estruturas	13.631.606	3.786.053		17.417.659
Bens Património Histórico, Artístico e Cultural	410.121			410.121
Imobilizado em Curso – Bens Domínio Público	14.587.245	4.276.784	(3.786.053)	15.077.976
<b>TOTAL</b>	<b>28.648.310</b>	<b>8.074.205</b>	<b>(3.785.706)</b>	<b>32.936.809</b>

Efectuamos um teste por amostragem ao acréscimo verificado na conta de obras de domínio público em curso, tendo sido verificados os documentos de suporte e respectivos autos de medição das mesmas. Os aumentos de valor mais significativos contabilizados nesta conta referem-se às seguintes empreitadas:

Obra	Valor
Saneamento e pavimentação em S. Bartolomeu Via Glória	804.642
Construção da Ponte do Pomarão (parceria com entidades espanholas)	735.413
Pavimentação de arruamentos Corte de Sines	580.292
Empreitada de saneamento e pavimentação em Algodor	445.380
Reparação de caminhos em terra batida	351.325
Reestruturação eixo comercial de Mértola	339.256
Pavimentação estrada acesso Pulo do Lobo	247.813
Saneamento e pavimentação em Penilhos	153.846
Pavimentos de arruamentos em Penedos	139.402
Infra-estruturas loteamento ZE2 em Mértola	67.070
Extensão da rede de colectores e ramais de esgoto em Mina de S. Domingos	55.968
<b>Total</b>	<b>3.920.407</b>

Por último, de salientar que as obras concluídas neste exercício foram transferidas para a respectiva conta de imobilizado de *Bens de Domínio Público*.

#### 4.1.1.3 – Investimentos financeiros

O montante registado na rubrica *Partes de capital* respeita às seguintes participações:

Entidade	Valor	% de participação
MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, EM	250.000	100,0000
Fundação Serrão Martins	148.500	98,0000
Cooperativa Agrícola do Guadiana, C.R.L.	100	0,0033
ALSUD – Cooperativa Ensino e Formação do Alengarve, C.R.L.	1.000	33,0000
<b>TOTAL</b>	<b>399.600</b>	<b>-</b>

As partes de capital em empresas participadas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

A *Merturis – Empresa Municipal de Turismo – E.M.*, foi constituída por escritura pública em 7 de Julho de 2004, tendo como objecto principal a promoção do turismo no Concelho de Mértola. Esta Empresa Municipal tem como capital social o valor de 250.000 euros, totalmente subscrito e realizado (ultima realização efectuada em 2008, no montante de 3.500 euros).

Com base nas demonstrações financeiras da MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, E.M., apresentamos o cálculo do seu equilíbrio financeiro:

	MERTURIS
Resultado de exploração operacional (conta 81)	20.464
Encargos financeiros (conta 68.1 – Juros suportados)	381
<b>TOTAL</b>	<b>20.845</b>



O n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, determina que as empresas do sector empresarial local devem apresentar resultados anuais equilibrados. Nos casos em que se verifique o incumprimento da referida regra de equilíbrio de contas, isto é, se a entidade do sector empresarial local apresentar resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros negativo, estipulam o n.º 2 e seguintes do mesmo artigo a obrigatoriedade de transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respectiva participação social. A transferência relativa a 2008, não foi efectuada na totalidade, ficando por transferir a quantia de 12.264 euros.

O valor contabilizado em investimentos financeiros relativo à participação do Município na Empresa Municipal, Merturis, E.M., encontra-se sobreavaliado em 218.629 euros face à percentagem detida nos capitais próprios da participada em 31 de Dezembro de 2009. As contas do Município não registam quaisquer provisões para investimentos financeiros.

Merturis, E.M.	
Total dos capitais próprios da Fundação em 31 de Dezembro de 2009	31.371
% de participação financeira	100%
Valor da participação em 31 de Dezembro de 2009	31.371
Valor registado na contabilidade em 31 de Dezembro de 2009	250.000
Valor a provisionar	218.629

Relativamente à *Fundação Serrão Martins*, de acordo com as demonstrações financeiras de 2009, apresenta um resultado líquido do exercício negativo de 23.964 euros, e um capital próprio de 345.189 euros. Uma vez que não se trata de uma Empresa Municipal não se enquadra na situação prevista n.ºs 2 e 4 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro

#### **4.1.1.4 – Amortizações**

As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, utilizando as taxas previstas no classificador geral do CIBE, aprovado pela Portaria nº671/2000, 17 de Abril de 2000. No que respeita aos bens avaliados pela empresa *SIGHT, S.A.*, foram aplicadas as taxas de amortização definidas pela avaliação.

No que respeita aos *Bens de Domínio Público*, segundo informação constante no ponto 8.2.15. das *Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados*, o inventário não se encontra concluído devido à complexidade do mesmo. As amortizações deste tipo de bens atingem o montante acumulado de 2.314.018 euros e referem-se exclusivamente a bens objecto de subsídio, cujo proveito resultante está a ser anualmente reconhecido proporcionalmente ao valor da amortização.

#### 4.1.2 – Existências

Esta rubrica ascende a 293.923 euros e decompõem-se como segue:

Descrição	Montante
Mercadorias	2.667
Materiais diversos	220.611
Pneus	25.562
Combustíveis	19.961
Manutenção	25.122
<b>TOTAL</b>	<b>293.923</b>

Conforme solicitação, efectuamos no dia 6 de Janeiro de 2010 o acompanhamento do inventário por amostragem dos itens existentes no armazém Municipal. A realização do inventário foi assistida no próprio local por dois técnicos de auditoria e acompanhado pela Dra. Sílvia Valadas (responsável pelo armazém), tendo abrangido os itens existentes no parque de materiais.

Pelas contagens efectuadas resultaram diferenças de inventário no montante de 6.767 euros resultantes essencialmente dos seguintes artigos:

Designação	Existência no software de materiais (GES) (unidades)	Existência física (unidades)	Diferença (unidades)	Custo Médio Ponderado	Valor
Saibro (ton)	1 043	82	(961)	3,759	(3.613)
Barra ferro 100*12mm	210	42	(168)	6,216	(1.044)
Rede revst. Elast.	12	2	(10)	89,63	(896)
<i>Outras diferenças negativas</i>					<i>(11.811)</i>
Gasóleo (lts)	17.177	18.678	1.501	1,07	1.604
Sinais Comp-Baia DirecBalizam Ponto Diver( O5a) (unid.)	0	7	7	105	735
Lancil Rampeavel em Cimento 330*200*100*250mm (unid.)	0	118	118	5,8	684
<i>Outras diferenças positivas</i>					<i>7.573</i>
<b>TOTAL</b>	<b>17.400</b>	<b>18.929</b>	<b>184</b>	<b>-</b>	<b>6.768</b>

As diferenças detectadas nos inertes foram justificadas pelo responsável pelo parque de materiais, como consequência de uma “contagem mal efectuada no inventário de 2008” realizada com base em estimativas.

Relativamente ao trabalho realizado nesta área apresentamos as seguintes recomendações:

- É fundamental a implementação de regras internas de funcionamento do armazém e localização dos bens. Estas normas devem ser reduzidas a escrito, devem ser afixadas em local visível e ser correctamente divulgadas a todos os utilizadores do armazém;
- As normas devem definir a autoridade das decisões e a delegação de responsabilidades no processo de funcionamento do armazém;
- É fundamental a existência de segregação de funções entre o registo de quantidades e o armazenamento físico das existências;
- O ficheiro de itens sem movimento deve ser revisto periodicamente com o objectivo de identificar os bens obsoletos;
- Todas as requisições de material devem identificar o projecto ou obra para a qual se destinam os bens solicitados;

- Devem ser emitidas instruções escritas sobre a inventariação física das existências, tendo especial atenção aos seguintes aspectos: datas (corte de operações), locais (armazenamento e acomodação), bens inventariáveis (produtos obsoletos ou deteriorados), conferência da valorização e conferências independentes (recontagens com equipas distintas);
- Deve ser adoptada uma política de fornecimento contínuo de aquisição para os bens de utilização permanente, tendo especial cuidado nas aquisições esporádicas;
- Os *stocks* devem ser devidamente salvaguardados através de uma adequada cobertura de seguros de roubo, incêndio e inundações.

O valor evidenciado no balanço reflecte a listagem valorizada de bens existentes no parque de materiais, à data de 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as contagens físicas.

#### 4.1.3 – Dívidas de terceiros

##### 4.1.3.1 – Empréstimos concedidos

Esta conta decompõe-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo em 31-12-2009
Empréstimos concedidos ao abrigo do FAME	28.102
Subsídio reembolsável – Habitação social	25.682
<b>TOTAL</b>	<b>53.784</b>

O primeiro saldo, refere-se ao montante em dívida dos empréstimos concedidos ao abrigo do *Fundo de Apoio às Microempresas do Concelho de Mértola (FAME)*. O FAME tem como base um protocolo estabelecido com o Banco Espírito Santo (BES) para abertura de linhas de crédito. Os empréstimos são concedidos em partes iguais pelo BES e pelo MM, contudo o valor concedido pelo Município é efectuado sem juros.

Em 31 de Dezembro de 2009, os montantes em dívida ao Município, ao abrigo deste programa, decompõem-se como segue:

Entidades	Valor
Boutique Curva	2.044
Autoreboques	368
Turismo - Beirario	9.380
Maria Hermínia Pernas	7.300
Centro Óptico	1.479
Idalina Martins	3.348
António Manuel Costa Mestre	2.308
Carlos Manuel Viegas da Conceição	1.875
<b>TOTAL</b>	<b>28.102</b>

Da análise efectuada aos recebimentos ocorridos durante o ano de 2009 verificamos que o Centro Óptico e Carlos Manuel Viegas da Conceição não cumpriram o plano de amortização mensal associado ao empréstimo concedido. Segundo informações obtidas, as entidades em questão encontram-se em dificuldades económico-financeiras. Tratam-se de situações identificadas pelos serviços do Município.

O *Subsídio reembolsável – Habitação social* foi atribuído em 2007 a uma família desfavorecida, cuja habitação foi parcialmente destruída durante a realização da obra de saneamento básico e abastecimento de água à povoação da Mina de São Domingos. O saldo em 31 de Dezembro de 2009 encontra-se de acordo com o plano de amortização mensal associado ao subsídio atribuído.

#### 4.1.3.2 – Clientes/contribuintes/utentes

O saldo desta rubrica apresentava à data do balanço a quantia de 16.544 euros.

Os valores mais significativos registados são os *Produtos acabados e intermédios* (11.506 euros) e os *Resíduos sólidos* (2.939 euros), e referem-se ao montante das facturas/recibos de água e de esgotos que se encontram em cobrança na tesouraria à data do Balanço. A antiguidade desta rubrica resume-se no seguinte quadro:

Rubrica	Exercício corrente	Exercícios anteriores	Total
Produtos acabados e intermédios	1.780	9.726	<b>11.506</b>
Resíduos Sólidos	641	2.298	<b>2.939</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.421</b>	<b>12.024</b>	<b>14.445</b>

Conforme se verifica no quadro acima cerca de 83% dos valores apresentados referem-se a exercícios anteriores. Deste modo, os Serviços administrativos do MM, deverão ponderar uma eventual constituição de provisões para os montantes em divida.

#### 4.1.4 - Depósitos em instituições financeiras e caixa

Esta conta decompõe-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo em 31-12-2009
<b>Caixa:</b>	
Tesouraria	9.473
<b>Depósitos em instituições financeiras:</b>	
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	272.375
Banco Millenium BCP	67.628
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM)	99.533
Banco Espírito Santo (BES)	67.368
Banco Santander Totta (BST)	118.508
<b>TOTAL</b>	<b>634.885</b>

Da análise efectuada ao saldo de caixa e às conciliações bancárias preparadas pelo MM, com referência a 31 de Dezembro de 2009, apresentamos o seguinte resumo:

Entidade bancária	Saldo pelo extracto bancário em 31-12-2009	Cheques ou transf. pendentes em 31 de Dez		Valores movimentados pelo banco em 2009 registados pela tesouraria em 2010	Saldo pela contabilida de em 31-12-2009
		Descontados / efectuadas até Fevereiro de 2010	Por descontar / efectuar		
CGD n.º 43473006	381.128	-264.241	-3.249	-46.944	66.693
CGD n.º 18443036	2.641			405	3.047
CGD n.º 957763093	40			-6	33
CGD n.º 17923075	14.275				14.275
CGD n.º 81423058	467.328	-279.000			188.328
BCP n.º 9789121	159.025	-74.659		-16.738	67.628
BCP n.º 34906005	0				0
BCP n.º 53285205	0				0
CCAM n.º 3851803027	143.865	-52.506	-934	-3.244	87.180
CCAM n.º 20606526115	12.723	-270,9		-100	12.352
BES n.º 726000796	15.139			2.137	17.276
BES n.º 67348264123	67				67
BES nj.º 70369251523	50.025				50.025
BST n.º 001800031823309802044	102.118	16.390			118.508
<b>TOTAL</b>	<b>1.348.374</b>	<b>-654.287</b>	<b>-4.184</b>	<b>-64.490</b>	<b>625.412</b>

Da análise efectuada às conciliações bancárias preparadas pelo MM, com referência a 31 de Dezembro de 2009, verificamos que, na generalidade, os itens em aberto respeitam essencialmente a cheques emitidos até ao final de Dezembro, que foram descontados nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2010.

Efectuamos uma circularização de saldos a todos os bancos à data de 31 de Dezembro de 2009, com o objectivo de confirmação dos saldos. À data deste relatório todas as entidades responderam ao nosso pedido, excepto o Banco *Santander Totta*.

O procedimento de conciliações bancárias, conforme previsto no ponto 2.9.10.15 do POCAL, é efectuado trimestralmente por uma pessoa que não se encontra afecta à tesouraria nem ao departamento financeiro.

#### 4.1.5 – Acréscimos e diferimentos (activos)

O saldo desta rubrica inclui a quantia de 112.188 euros relativos à especialização dos seguintes proveitos:

Serviços prestados	Outubro - Data limite de pagamento: 01-02-2010	Novembro - Data limite de pagamento: 01-03-2010	Dezembro - Data limite de pagamento: 31-03-2010	Total
Água	25.614	24.221	12.725	62.561
Manutenção e custos administrativos	6.906	6.906	6.915	20.727
Saneamento	1.945	1.765	1.568	5.278
Lixo	8.907	8.485	6.230	23.623
<b>Total</b>	<b>43.372</b>	<b>41.378</b>	<b>27.439</b>	<b>112.188</b>

Refira-se que foram ainda especializados os montantes transferidos pela DGCI, em Janeiro de 2010, a título de impostos directos recebidos em Dezembro de 2009, no montante de 14.797 euros.

Rubricas	Valor
Imposto Municipal sobre Imóveis	3.352
Imposto Único de Circulação	5.853
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	5.592
<b>TOTAL</b>	<b>14.797</b>

#### 4.2 – Fundos Próprios

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, durante o exercício de 2009, resumem-se no quadro seguinte:



Rubrica	Saldo 31.12. 08	Movimentos ocorridos no exercício		Saldo 31.12. 09
		Débito	Crédito	
Património	19.177.793		658.955	19.836.748
Reservas	521.114		160.792	681.906
Resultados Transitados	10.991.965		1.447.170	12.439.135
<i>Resultado Líquido do:</i>				
Exercício de 2008	1.607.919	-1.607.919		0
Exercício de 2009	0		1.655.178	1.655.178
<b>TOTAL</b>	<b>32.298.791</b>	<b>-1.607.919</b>	<b>3.922.095</b>	<b>34.612.967</b>

#### 4.2.1 – Património

O valor a crédito registado nesta rubrica respeita essencialmente ao registo no património do Município de Mértola dos terrenos da urbanização ZE2. O montante considerado, 664.500 euros, corresponde ao valor da avaliação efectuada pela Administração Fiscal.

#### 4.2.2 – Reservas e Resultados transitados

O movimento efectuado nestas rubricas, refere-se essencialmente à aplicação dos resultados de 2008. De acordo com o ponto 2.7.3.5 do POCAL, dever-se-ia constituir o reforço anual da conta 571 *Reservas legais*, no valor mínimo de 5% do *Resultado líquido do exercício*. No caso do MM o valor transferido para *Reservas livres* ascendeu a 10% do *Resultado líquido do exercício*.

#### 4.3 – Passivo

O MM apresenta como total de passivo o montante de 23.613.752 euros que se reparte pelas seguintes rubricas:

Rubrica	Saldo a 31-12-09
Empréstimos obtidos a M/L Prazo	8.653.626
Fornecedores	309.159
Clientes e utentes c/caução	1.554
Fornecedores de imobilizado	632.942
Estado e outros entes públicos	80.526
Outros credores	116.247
Acréscimos de custos	722.462
Proveitos diferidos	13.097.235
<b>TOTAL</b>	<b>23.613.752</b>

#### 4.3.1 - Empréstimos obtidos a M/L Prazo

À data do nosso trabalho os montantes reconhecidos nas contas de empréstimos obtidos referem-se às seguintes entidades:

Entidade	Valor
Caixa Geral de Depósitos	5.020.670
Banco Comercial Português – Sotto Mayor (Millenium BCP)	1.337.098
Banco Santander Totta	1.928.530
Banco Espírito Santo	367.328
<b>TOTAL</b>	<b>8.653.626</b>

À data do nosso trabalho os montantes registados nas contas de empréstimos obtidos encontravam-se conciliados com os saldos dos extractos bancários das referidas instituições financeiras, com referência à data do Balanço. De referir que os juros relativos aos empréstimos bancários vencidos em 2010 e respeitantes a 2009, encontram-se devidamente especializados na conta de *Acréscimos de custos – juros a liquidar*, pelo montante de 18.387 euros.

### 4.3.2 – Fornecedores

Com a colaboração dos Serviços administrativos do MM foi efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2009 uma circularização de saldos de fornecedores, cujos valores e movimentos eram mais representativos. Em resumo, apresentamos os resultados obtidos:

Entidade	Saldo em 31.12.09	Resposta concordante	Resposta conciliada	Resposta não obtida
Raposo & Luzia - Combustíveis e lubrificantes	21.305			21.305
CTT - Correios de Portugal, S.A.	4.450		4.450	
Repsol Portuguesa, S.A.	15.294	15.294		
Direcção-Geral Protecção Social aos Funcionários.	35.358		35.358	
Algarpalcos - Aluguer de palcos e produção	0	0		
Resialentejo - Tratamento e valorização resíduos	24.018		24.018	
Tyco Integrated Systems Unipessoal, Lda.	11.314	11.314		
Tó Varela - Produções de espectáculos Unip.	0			0
EDP - Serviço Universal, S.A.	817			817
Luságua Ambiente - Serviços ambientais, S.A.	53.929		53.929	
LPQ - Laboratório Pró-Qualidade, Lda.	1.898			1.898
<b>TOTAL</b>	<b>168.383</b>	<b>26.608</b>	<b>117.755</b>	<b>24.020</b>

As respostas discordantes foram devidamente conciliadas pelos serviços administrativos do MM.

### 4.3.3 – Fornecedores de imobilizado

Dos diversos saldos que compõem o balancete da conta em análise, referimos os mais significativos, representativos de 98% do total, como segue:

Entidade	Saldo em 31-12-2009
ASIBEL, Construções, S.A.	251.200
Maurício - LTO, Construções, S.A.	96.697
Manuel Joaquim Pinto, S.A.	75.467
Alberto Couto Alves, S.A.	72.463
Aquino Construções, S.A.	24.657
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo	19.350
Luságua Ambiente - Serviços Ambientais, S.A.	13.423
EDP Distribuição Energia	12.672
<i>Saldos inferiores a 9.000 euros</i>	<i>67.012</i>
<b>TOTAL</b>	<b>632.941</b>

Os saldos apresentados respeitam essencialmente a aquisições ou a serviços prestados no último trimestre de 2009. No entanto, na análise efectuada, foi possível verificar a existência de saldos no montante de 27.895 euros que não tiveram qualquer movimento em 2009. Deste modo, estes saldos devem ser analisados pelos serviços administrativos do MM, a fim de se concluir sobre a sua razoabilidade.

Entidade	Saldo em 31-12-2009
Fernando da Cruz Colaço Costa	336
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo	19.350
Grilo Gama - Arquitectura, Engenharia e Infra-estrutura	5.796
Francisco Tomás Tição Lopes	2.413
<b>TOTAL</b>	<b>27.895</b>

#### 4.3.4 – Estado e outros entes públicos

As dívidas ao *Estado e outros entes públicos*, à data a que se reporta este relatório, respeitam aos seguintes impostos e contribuições:

Rubrica	Valor
IRS - Trabalho dependente	23.160
IRS - Trabalho independente	1.497
IRS - Prediais	777
IVA - A pagar	23.712
Restantes impostos	278
Contribuições para a Segurança Social	30.174
Outras tributações	928
<b>TOTAL</b>	<b>80.526</b>

Verificámos as guias de pagamento e as respectivas declarações fiscais, tendo-se concluído que, à data de 31 de Dezembro de 2009, os saldos evidenciados nesta rubrica foram liquidados dentro dos prazos fixados na lei.

Por outro lado, foi possível constatar que o valor referente a encargos da entidade patronal apenas é reconhecida a despesa no mês em que é pago, pelo que não passa em saldo na conta 245 CGA – *Entidade patronal*. Recomendamos que o valor referente aos encargos da entidade patronal, a entregar ao Estado, seja reconhecido como dívida no mês a que corresponde o processamento dos vencimentos.

Relativamente ao enquadramento em sede de IVA, o MM encontra-se desde 01 de Janeiro de 2009 em regime de afectação real, de periodicidade trimestral.

#### 4.3.5 – Acréscimos de custos

Esta conta decompõe-se da seguinte forma:

. Remunerações a liquidar.....	560.685
. Juros a liquidar .....	18.387
. Outros acréscimos de custos .....	143.390

O saldo da conta Remunerações a liquidar refere-se ao mês de férias e ao subsídio de férias, acrescido dos respectivos encargos sociais, custos de 2009. Foram efectuados testes à estimativa das remunerações a processar no exercício 2010, tendo-se concluído pela sua razoabilidade.

No sentido de melhorar a especialização dos resultados ao longo do exercício, sugerimos que os encargos com férias e subsídio de férias do exercício, sejam contabilizados mensalmente.

O saldo da rubrica juros a liquidar refere-se essencialmente aos juros dos empréstimos bancários em vigor, referentes ao ano de 2009, que irão ser pagos em 2010.

A rubrica dos outros acréscimos de custos respeita a:

Fornecedores	Descrição	Valor
EDP	Consumo de electricidade	16.600
Rodoviária do Alentejo	Transportes escolares de Dezembro	5.922
ADSE	Serviços prestados (cuidados de saúde aos funcionários do MM) em 2009	75.366
Lógica Ti Portugal	Serviços de manutenção da Plataforma electrónica	18.480
	<i>Outros valores acrescidos não discriminados</i>	27.022
<b>Total</b>		<b>143.390</b>

#### 4.3.6 – Proveitos diferidos

A conta de Proveitos diferidos inclui o montante de 12.855.936 euros relativo a subsídios para investimento recebidos, a serem reconhecidos como proveitos proporcionalmente às amortizações do imobilizado a que correspondem, cumprindo o princípio da especialização dos exercícios. Importa referir que cerca de 11% do saldo corresponde a financiamentos relativos a projectos ainda em curso.

Em 2009 a conta “27.4.5 – Subsídios para investimento” registou um incremento de 2.721.409 euros, comparativamente com o final do ano de 2008, justificado essencialmente pelos seguintes movimentos:

Projecto	Montante
Novos pedidos de pagamento (PPI) de projectos já iniciados	1.336.026
Novos projectos financiados, PPI já efectuados	1.912.786
Reconhecimento anual do subsidio proporcionalmente às amortizações do imobilizado a que correspondem	(497.037)
Reconhecimento extraordinário	(29.789)
Outros movimentos	577
<b>TOTAL</b>	<b>2.721.409</b>

*Novos pedidos de pagamento (PPI) de projectos já iniciados:*

Projecto	Montante
Parque industrial de Mértola	-38.034
Abastecimento água e saneamento Mina S. Domingos	35.089
IIIA HUBAAL CM 1096	911.168
Saneamento Corte da Velha e Cortes Gafos	61.420
S. João, S. Pedro, S. Miguel e Penedos	223.268
Sistema de tratamento águas subterrâneas	75.036
Alcáçova arranjo paisagístico	68.079
<b>TOTAL</b>	<b>1.336.026</b>

*Novos projectos financiados, PPI já efectuados:*

Projecto	Montante
Construção da Ponte do Vascão	42.883
INTERREG III A-INCUBE-Ninho de empresas	259.467
PORAlentejo Centro Escolar de Santana de Cambas	230.841
PORAlentejo Centro escolar de S. Miguel	225.123
PORAlentejo Centro Escolar de Penilhos	213.391
PORAlentejo Centro Escolar de Algodor	89.489
PORAlentejo Centro escolar de Mértola	28.999
INALentejo - Regeneração Urbano Eixo Comercial	751.225
Prevenção de riscos nas florestas	71.368
<b>TOTAL</b>	<b>1.912.786</b>

Os subsídios ao investimento são reconhecidos como proveitos extraordinários na mesma base em que os bens são amortizados. No exercício de 2009, foi reconhecido na rubrica de proveitos extraordinários o montante de 526.826 euros.

Conforme referido nos nossos relatórios de anos anteriores, foram reconhecidos em proveitos nos exercícios anteriores a 2002 (data de entrada em vigor do POCAL), o montante de 775.739 euros que deveriam de ter sido diferidos e reconhecidos proporcionalmente ao valor das amortizações dos bens para os quais tinham sido atribuídos os respectivos subsídios.

Por último, de salientar o montante de 375.261 euros em subsídios para investimentos já concluídos, que ainda não foram reconhecidos em proveitos uma vez que os serviços administrativos do MM não conseguem identificar os bens objecto de financiamento.

## V - ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

### 5.1 – Custos e perdas

Foram efectuados testes a diversas contas de custos e perdas tendo em vista a especialização dos exercícios. Para maior detalhe apresentamos a sua decomposição com referência a 31 de Dezembro de 2009:

Rubricas	Valor
<b>Custos e perdas operacionais:</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	129.102
Fornecimentos e serviços externos	2.787.006
Custos com o pessoal	5.331.814
Amortizações do exercício	2.013.173
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	875.438
Outros custos operacionais	22.876
<b>Custos e perdas financeiros</b>	259.236
<b>Custos e perdas extraordinários</b>	809.512
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.228.157</b>

#### 5.1.1. - Fornecimentos e serviços externos

Dos diversos testes efectuados à rubrica de fornecimentos e serviços externos, salientamos as seguintes rubricas:



Rubricas	Valor	%
Trabalhos especializados	950.129	34,09%
Outros fornecimentos e serviços	460.577	16,53%
Combustíveis	340.611	12,22%
Electricidade	198.954	7,14%
Conservação e reparação	160.247	5,75%
Transporte de pessoal	142.816	5,12%
Rendas e alugueres	139.305	5,00%
Comunicação	119.519	4,29%
Seguros	85.145	3,06%

Realizámos alguns testes a estas contas, tendo em vista a aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Da análise efectuada não foi detectada qualquer situação que mereça destaque.

#### **5.1.2. – Custos com o pessoal**

Os custos com o pessoal representam cerca de 66% do total dos custos contabilizados pelo MM no exercício de 2009.

Testámos, numa base de amostragem, o processamento dos vencimentos do mês de Junho de 2009 e concluímos que as retenções de IRS e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações foram devidamente calculadas.

Comparativamente com o ano anterior, verificámos que os custos operacionais registaram um aumento de cerca de 236.000 euros justificado essencialmente pelo aumento dos custos com o pessoal.

#### **5.1.3. – Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais**

O montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a importâncias concedidas a título de subsídios a diversas entidades, ao abrigo de diversos programas de apoio, nomeadamente a:

<b>Entidade</b>	<b>Valor</b>
Associações de Municípios	136.618
Outros	220.414
Instituições sem fins lucrativos	321.048
Famílias	122.284
Freguesias	75.074
<b>TOTAL</b>	<b>875.438</b>

Tendo em conta os princípios da legalidade, transparência, prossecução do interesse público e de modo a garantir o controlo da atribuição dos apoios/subsídios no âmbito do desenvolvimento desportivo a entidades que se proponham a realizar actividades que prossigam os interesses do Município, recomendamos que os apoios / subsídios concedidos, sejam objecto da celebração de contratos-programa.

#### **5.1.4. – Custos e perdas extraordinários**

Os custos e perdas extraordinários, que apresentam um saldo de 809.512 euros em 31 de Dezembro, referem-se essencialmente a:

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Verbas atribuídas a freguesias, instituições sem fins lucrativos e a famílias, a título de transferências de capital para a realização de investimentos previamente aprovados pelo Município	317.467
Perdas em imobilizações (alienação dos terrenos da urbanização ZE2 – 418.390 euros)	455.778
Correcções relativas a exercícios anteriores	31.591
<b>TOTAL</b>	<b>804.836</b>

#### **5.2 – Proveitos e Ganhos**

Foram efectuados testes a diversas contas de *Proveitos e ganhos* tendo em vista a especialização dos exercícios. Para maior detalhe apresentamos a sua decomposição com referência a 31 de Dezembro de 2009:

Rubricas	Valor
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	
Vendas de bens	584.011
Impostos e taxas	542 013
Transferências e subsídios obtidos	11.616.004
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	413.620
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	727.687
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13.883.335</b>

#### 5.2.1. – Vendas de bens

O valor desta rubrica inclui 194.392 euros e 106.761 euros referentes a facturação de água e de resíduos sólidos, respectivamente.

#### 5.2.2. – Impostos e taxas

Os Impostos directos representam cerca de 92% desta rubrica e decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	Valor
Imposto Municipal sobre Imóveis	284.052
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	131.499
Imposto Municipal sobre Veículos	77.014
Derrama	6.531
Impostos abolidos (CA e IMV)	256
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>499.352</b>

Os valores contabilizados encontram-se de acordo com as transferências efectuadas mensalmente pela DGCI.

Relativamente a estas verbas, importa ainda referir que o montante apurado pela DGCI (14.797 euros), referente ao mês de Dezembro de 2009, recebido em Janeiro de 2010, foi devidamente especializado na conta de acréscimos de proveitos.

### **5.2.3. – Transferências e subsídios obtidos**

O saldo desta rubrica inclui o montante de 11.043.639 euros referentes às transferências obtidas pelo Orçamento do Estado de 2009. O saldo apresentado na contabilidade encontra-se de acordo com a certidão de receita emitida pela Direcção Geral das Autarquias (DGAL). As verbas recebidas foram contabilizadas nas rubricas orçamentais e patrimoniais indicadas pela DGAL no Ofício-Circular n.º6/2007, de 09 de Fevereiro de 2007.

### **5.2.4. – Proveitos e ganhos extraordinários**

O valor mais significativo desta rubrica corresponde a *Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários*, nomeadamente a quota-parte reconhecida no exercício de 2009 dos subsídios recebidos a título de transferências de capital, no montante de 526.826 euros.

## **VI – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO**

De acordo com o artigo 37.º da Lei das finanças locais (LFL) o limite de endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da parcela fixa de participação no IRS, e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

O MM apresenta como limite máximo de endividamento líquido o montante de 14.364.313 euros conforme se demonstra no quadro seguinte:

Designação	Valor	Observações
IMI - Imposto municipal sobre imóveis	249.452	Receitas arrecadadas por conta de impostos municipais em 2008
IMT - Imposto municipal sobre transmissões onerosas	243.430	
IMV – Imposto único de circulação	61.463	
CA – Contribuição autárquica	699	
SISA	0	
DERRAMA	1.095	Receitas arrecadadas em 2008 a título de derrama sobre o IRC
SEL (2008)	0	Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior
FEF (OE 2009) + IRS (OE 2009)	10.935.311	
<b>Total</b>	<b>11.491.450</b>	Total das receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento
Limite ao endividamento de curto prazo	1.149.145	Total x 10% - artigo 39 n.º 1 LFL
Limite ao endividamento de médio-longo prazo	11.491.450	Total x 100% - artigo 39 n.º 2 LFL
Limite ao endividamento líquido	14.364.313	Total x 125% - artigo 37 n.º1 LFL

O MM apresenta o seguinte montante de endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2009:

Contas do POCAL		Valores Relativos a Dezembro 2009		Endividamento Líquido
Códigos	Discriminação	Activos	Passivos	
11	Caixa	9.473		9.473
12	Depósitos em Instituições Financeiras	625.412		625.412
21.2	Contribuintes, c/c	815		816
21.3	Utentes, c/c	15.728		15.728
21.7	Clientes e Utentes c/ Cauções		1.554	-1.554
22.1	Fornecedores, c/c		309.159	-309.159
23.1.2.1	Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazos		8.653.626	-8.653.626
24	Estado e Outros Entes Públicos		80.526	-80.526
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado c/c		632.942	-632.942
26.2	Pessoal		1.498	-1.498
26.3	Sindicatos		1.295	-1.295
26.8	Devedores e Credores Diversos	494	113.454	-112.960
27.1.9	Outros Acréscimos de Proveitos	126.986		126.986
27.3.2	Remunerações a Liquidar		560.685	-560.685

Contas do POCAL		Valores Relativos a Dezembro 2009		Endividamento Líquido
Códigos	Discriminação	Activos	Passivos	
27.3.3	Juros a Liquidar		18.387	-18.387
27.3.9	Outros Acréscimos de Custos		143.390	-143.390
27.4.5/9	Subsídios para Investimento		13.097.235	-13.097.235
28	Empréstimos Concedidos	53.784		53.784
411	Partes de Capital	399.600		399.600
<b>1 – TOTAL</b>		<b>1.232.292</b>	<b>23.613.752</b>	<b>-22.381.460</b>
2 – Dedução do valor do Capital em dívida de todos os empréstimos excepcionados			-808.066	<b>808.066</b>
3 – Dedução dos saldos das contas 2745 e 2749			-13.097.235	<b>13.097.235</b>
<b>5 - TOTAL GERAL (1+2+3)</b>		<b>1.232.292</b>	<b>9.708.451</b>	<b>8.476.159</b>

Os empréstimos excepcionados referem-se aos seguintes financiamentos:

Conta Pocal	Descrição	Valor
23121107	Empréstimos contraídos até 31.12.2002, para aquisição, construção, ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas)	229.479
23121118	Empréstimos contraídos até 31.12.2002, no âmbito da linha de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criada pelo Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 8.02 (artigo 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 8.02)	181.043
23121202	Empréstimos contraídos em 2005, até 29.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12-OE/2005	137.076
23121203	Empréstimos contraídos em 2005, a partir de 30.07, para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários abrangidos pelo n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 – OE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29.7 (1.ª alteração à OE/2005)	260.468
<b>TOTAL</b>		<b>808.066</b>

Deste modo, verificamos que o montante de endividamento líquido do MM não ultrapassa em 31 de Dezembro de 2009 o limite calculado conforme previsto no artigo 37.º da Lei das finanças locais.

## VII – CONTROLO ORÇAMENTAL

De acordo com a informação disponibilizada pelo MM apresentamos os seguintes quadros resumo:

	<u>Orçamentado</u>	<u>Receita cobrada</u>	<u>Grau Exc.</u>
<b>Receita Total</b>	<b>24.042.869</b>	<b>19.619.491</b>	<b>81,60%</b>
1 Impostos directos	501.507	473.739	94,46%
2 Impostos indirectos	7.750	5.188	66,94%
4 Taxas, multas e outras penalidades	103.209	53.282	51,63%
5 Rendimentos da propriedade	330.626	356.763	107,91%
6 Transferências correntes	8.199.575	7.827.230	95,46%
7 Venda de bens e serviços correntes	562.008	632.322	112,51%
8 Outras receitas correntes	35.554	13.927	39,17%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9.740.229</b>	<b>9.362.451</b>	<b>96,12%</b>
9 Venda de bens de investimento	500.008	175.275	35,05%
10 Transferências de capital	9.921.860	7.075.166	71,31%
11 Activos financeiros	20.996	15.654	74,56%
12 Passivos financeiros	3.666.973	2.796.991	76,28%
13 Outras receitas de capital	2	0	0,00%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>14.109.839</b>	<b>10.063.086</b>	<b>71,32%</b>
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	1	1.154	115400,00%
16 Saldo da Gerência anterior	192.800	192.800	100,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>192.801</b>	<b>193.954</b>	<b>100,60%</b>

  

	<u>Orçamentado</u>	<u>Despesa paga</u>	<u>Grau Exc.</u>
<b>Despesa Total</b>	<b>24.042.869</b>	<b>19.086.626</b>	<b>79,39%</b>
1 DESPESAS COM O PESSOAL	5.286.980	5.234.237	99,00%
2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.149.421	2.758.635	87,59%
3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	288.218	286.737	99,49%
4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	674.086	645.522	95,76%

5 SUBSÍDIOS	261.016	260.524	99,81%
6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	214.565	211.736	98,68%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.874.286</b>	<b>9.397.391</b>	<b>95,17%</b>
7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.651.163	6.720.599	63,10%
8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	432.248	263.467	60,95%
9 ACTIVOS FINANCEIROS	25.000	0	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	2.956.137	2601246,71	87,99%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	104.035	103.922	99,89%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>14.168.583</b>	<b>9.689.235</b>	<b>68,39%</b>
	<b><u>Orçamentado</u></b>	<b><u>Realizado</u></b>	<b><u>Grau Exc.</u></b>
<b>Receita Total</b>	<b>24.042.869</b>	<b>19.619.491</b>	<b>81,60%</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>24.042.869</b>	<b>19.086.626</b>	<b>79,39%</b>
<b>Superávit do Orçamento Geral</b>		<b><u>532.865</u></b>	
<b>Orçamento corrente</b>		<b>-34.940</b>	
<b>Orçamento de capital</b>		<b>373.851</b>	
<b>Outras receitas</b>		<b>1.154</b>	
<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>192.800</b>	

Nestes termos e de acordo com a análise efectuada aos mapas de controlo orçamental dos quadros anteriores verifica-se que o MM, em termos de despesa cabimentada face à receita cobrada, apresenta um superávit de 532.865 euros. Em resumo apresentamos as seguintes conclusões:

- O deficit apresentado no orçamento corrente é suprimido pelo superávit registado no orçamento de capital justificado essencialmente pelo aumento das receitas FEDER que registaram um aumento de cerca de 800.000 euros, comparativamente com o ano anterior;



- As receitas correntes previstas pelo Orçamento do Estado representam cerca de 76% da receita global;
- Com excepção da rubrica de *Venda de bens e serviços correntes* todas as outras rubricas encontram-se com um grau de execução inferior ou igual a 100%;
- Grande parte das despesas são cabimentadas no início do ano para dar cobertura à despesa a realizar durante um ano completo, por exemplo, vencimentos, operações financeiras, combustíveis, electricidade, comunicações e empreitadas.

#### **VIII – RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DO TRABALHO EFECTUADO**

Face ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se ao Executivo Municipal a adopção das seguintes medidas:

- O Património dos bens de domínio público do MM, deverá ser alvo de uma urgente análise e correspondente inventariação e correcto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais actualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser actualizadas as amortizações de todos os bens e respectivas imputações de subsídios;
- Em situações de obras a cargo do MM sem recurso à contratação de empreitadas, em que aplica meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado, recomendamos o apuramento e o registo do valor dos trabalhos para a própria entidade. Para tal o MM deverá possuir contabilidade analítica que permita o apuramento dos custos imputados às diversas obras, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

## **VIII – NOTA FINAL**

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do MM, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266